

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, maio de 2014, número 77. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

O contexto das lutas sociais do campo nas cidades: mapeamento das manifestações no período de 2000-2012

ARTIGO DO MÊS

A despolitização da ação e do pensamento derrotista

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

VI Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais
“Por que a Reforma Agrária continua atual e necessária?”

UNIARA/Araraquara – São Paulo, 28 a 31 de maio de 2014

Projeto de Extensão UEG/MEC - PROEXT

“I Seminário de Educação no/do Campo do Município de Formosa”

UEG/Formosa – Goiás, 29 e 30 de maio de 2014

VII Congresso Brasileiro de Geógrafos - CBG

UFES/Vitória – Espírito Santo, 10 a 16 de agosto de 2014

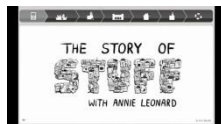
PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Os novos camponeses.

Autor: Armando Bartra Vergés

Traz à luz o debate atual sobre a compreensão do campesinato no interior da sociedade capitalista contemporânea. Outro ponto de destaque está na segura e consistente construção teórica e analítica da noção de classe social camponesa, tendo como base sua constituição no interior do processo operativo, movido pelas lutas de classe do modo capitalista de produção.



A História das Coisas (The Story of Stuff).

Direção: Annie Leonard.

Guru ambiental Annie Leonard explica como funciona o sistema linear do capitalismo, e como isso prejudica o planeta.

Para ver:

https://www.youtube.com/watch?v=3c88_ZOFF4k.



PodCast Unesp – Pod Territorial

Autores: Vários

O PodCast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.



Editoração: Danilo V. Pereira, Karin G. S. M. de Souza (bolsista PIBIT/CNPq) e Hugo A. Alves (bolsista PROEX). **Revisão:** Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira (bolsista FAPESP), Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PADEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), José Sobreiro Filho (bolsista FAPESP), Lara C. Dalpério (bolsista CAPES) e Rodrigo S. Camacho.

Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Juliana G. B. Mota (bolsista FAPESP) e Valmir J. de O. Valério (bolsista CNPq).

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

O CONTEXTO DAS LUTAS SOCIAIS DO CAMPO NAS CIDADES: MAPEAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES NO PERÍODO DE 2000-2012

João Cleps Junior

Instituto de Geografia - UFU. Coordenador do Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) e da Pesquisa Dataluta Minas Gerais

jcleps@ufu.br – <http://www.lagea.ig.ufu.br>

Daise de Jesus Moura

Graduanda em Geografia - UFU. Bolsista IC/FAPEMIG

daise_jmoura@hotmail.com

Fabiana Borges Victor

Mestranda em Geografia – UFU. Bolsista CAPES

fabianabvictor@yahoo.com.br

Márcia Carolina Silva

Graduanda em Geografia - UFU. Bolsista Dataluta/PROEX-UFU

marciatdr@gmail.com

Ricardo Luis de Freitas

Mestrando em Geografia - UFU. Bolsista CNPq

ricardodifreitas@yahoo.com.br

Neste trabalho damos especial atenção às manifestações empreendidas pelos movimentos socioterritoriais e agentes sociais em luta pela conquista de seus direitos e contra as injustiças, discriminações ou atentados contra a dignidade humana. Cada movimento e organização tem apresentado reivindicação específica que no conjunto expressam as contradições econômicas e sociais presentes na sociedade brasileira. Para elaboração das análises, recorreremos principalmente aos dados das manifestações registradas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT/Nacional) e pesquisa DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, que registra este tipo de ação desde 2000, e, particularmente nos estudos promovidos no âmbito desta rede de pesquisa e dados de Minas Gerais¹.

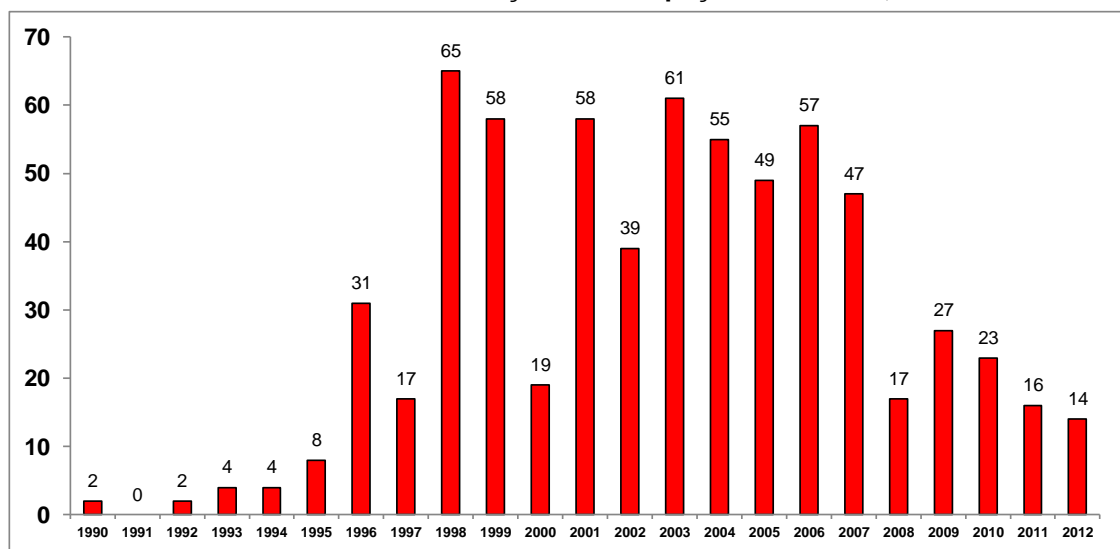
Nesta primeira década do século XXI houve mudanças significativas na dinâmica das lutas sociais, compreendendo principalmente os períodos dos Governos FHC, Lula da Silva e Dilma. Na primeira fase, que compreende o último mandato do Governo FHC (1999-2002), os movimentos camponeses experimentaram um enorme refluxo da luta pela terra no Brasil, influenciados pelas políticas neoliberais de Reforma Agrária, a judicialização da luta pela terra e a criminalização dos movimentos sociais. De acordo com Fernandes (2009), este era o segundo refluxo experimentado desde a retomada da democracia brasileira e as eleições livres para presidente. Uma breve análise sobre a evolução das ocupações demonstra que a partir de 1996 houve um crescimento no índice de ocupações de terras em Minas Gerais. Esse registro acompanhou o crescimento em escala nacional, que também teve aumento no período. A Medida Provisória 2109-52/2001, que visava impedir a desapropriação de áreas ocupadas tirando dos eventuais ocupantes o direito constitucional à reforma agrária, em grande parte justificou a queda no número de ocupações principalmente em 2002 (Gráfico 1). Esta Medida Provisória foi umas das estratégias

¹ Os dados das manifestações são registrados pela CPT desde 2000 e pela rede de Pesquisa DATALUTA a partir de 2009 em nível estadual. Os registros e reportagens são arquivadas e estão disponíveis aos pesquisadores e público interessado: <http://www.lagea.ig.ufu.br/> e www.fct.unesp.br/nera.

do governo FHC para diminuir o número das ocupações e criminalizar os movimentos sociais do campo, privilegiando a propriedade latifundiária uma vez que impedia a desapropriação durante o período de dois anos (SOBREIRO FILHO, 2011).

No início do governo Lula, a partir de 2003, os movimentos voltaram a se organizar e a realizar novas ocupações no Brasil e em Minas Gerais, em reflexo às promessas de apoio à realização da Reforma Agrária. Porém, a ineficiência e mesmo a inexistência de uma política agrária com posições antagônicas mesmo dentro do governo com maior defesa ao modelo do desenvolvimento do agronegócio em relação à Reforma Agrária. A implantação das políticas públicas sociais, notadamente de transferência de renda como o Programa Bolsa Família influenciou no processo de lutas sociais, amortecendo o ritmo das ocupações a partir do 2º mandato conforme se observa no (Gráfico 1).

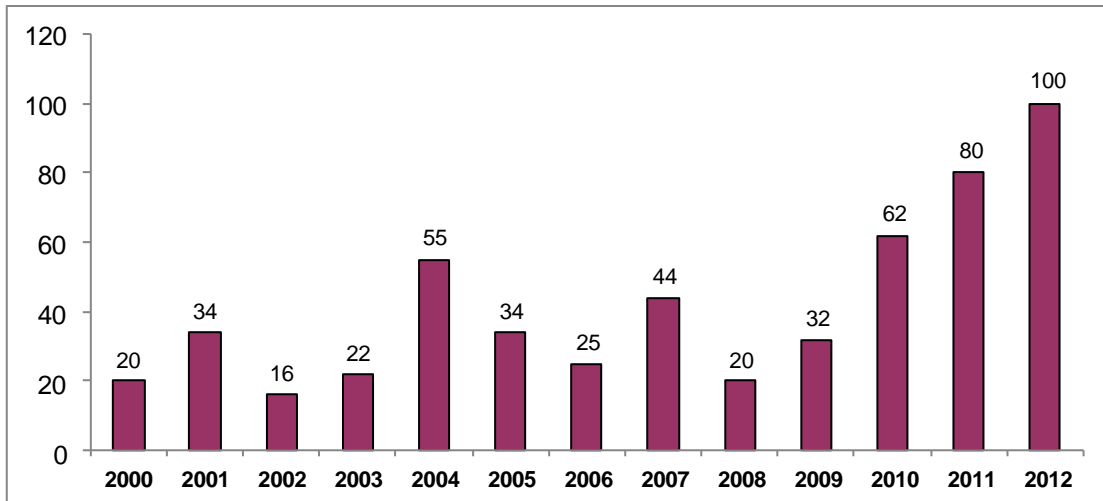
Gráfico 1: Minas Gerais – Evolução das Ocupações de Terras, 1990-2012



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA Minas Gerais/2013.
Organização: MOURA, D. J. (2014).

Contudo, as análises sobre as manifestações possibilitam obtermos outros aspectos da luta política no campo e da questão agrária em geral. Ou seja, enquanto ocorreu a diminuição das ocupações de terras, as manifestações sociais cresceram, conforme o gráfico a seguir, e acrescentaram novos elementos para a análise do processo de luta e sobretudo na compreensão do grau de conflitividade no campo e na cidade.

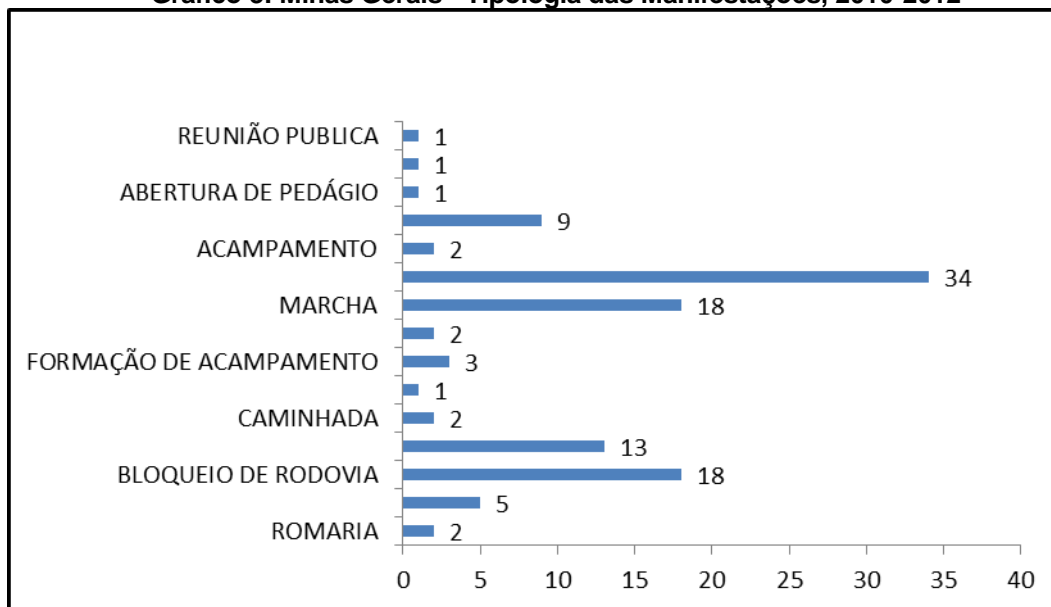
Gráfico 2: Minas Gerais – Evolução das manifestações, 2000-2012



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA Minas Gerais/2013.
Organização: VICTOR, F. B. (2014)

Nos estudos sobre as manifestações, os dados revelam o seu crescimento nos últimos anos em relação às ocupações, que apresentaram diminuição na última década, com atos em favor da Reforma Agrária e outros protestos contra a violência, reivindicando as desapropriações e regularizações de terras, renegociação de dívidas, incentivo à pequena produção, contra a privatização da água e a construção de barragens e em defesa da soberania alimentar e do meio ambiente.

Gráfico 3: Minas Gerais - Tipologia das Manifestações, 2010-2012



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA- Minas Gerais/ 2013.
Organização: MOURA, D. J. (2014).

Em Minas Gerais e em todo o Brasil estes atos culminaram em ocupações de prédios públicos, acampamentos, caminhadas, passeatas e bloqueios de rodovias, ferrovias e travessias de balsas (Gráfico

3). Também foram registrados diversos atos contra a impunidade, a injustiça e a violência no campo. Esse estado apresentou crescimento extraordinário tanto no número de manifestações (de 20 em 2000 para cerca de 100 ações em 2012) como no número de pessoas (14.155 em 2009 e 15.876 em 2010). As manifestações cresceram principalmente a partir de 2003, ano em que foram registradas apenas 22 e, em 2004, atingiram 55 ações.

As manifestações são organizadas e ocorrem tanto de forma individual pelas organizações sociais e movimentos socioterritoriais quando coletivas. Nelas, é possível identificar novas organizações e formas de luta no campo e na cidade. Nos últimos anos, ganham importante dimensão estadual e regional as ações de organizações nacionais de caráter urbano, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento dos Sem Teto do Brasil (MSTB), que promoveram reivindicações e diversos bloqueios de rodovias no Estado e nas principais regiões (Uberlândia, 2012).

A demanda por moradia tem sido um dos aspectos mais importantes da luta organizada promovida pelos movimentos populares. As ações coletivas envolvem a participação conjunta de novos movimentos socioterritoriais e organizações sociais de luta, como a Articulação dos Empregados Rurais de Minas Gerais (ADERE-MG), representações comunitárias (Ação Popular, Dialogação, Vamos a Luta etc.) e militantes de partidos políticos (PSTU, PSOL etc.) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nas ações ligadas diretamente à questão agrária, a pesquisa DATALUTA-MG também registrou em 2012 a ação da União Nacional da Luta Camponesa. Também figuram nas ações, os principais movimentos socioterritoriais atuantes no Estado, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), o Movimento Popular pela Reforma Agrária (MPRA), o Movimento de Luta pela Terra (MLT), a Via Campesina, entre outros. As ações envolvem a luta pelo acesso e permanência na terra.

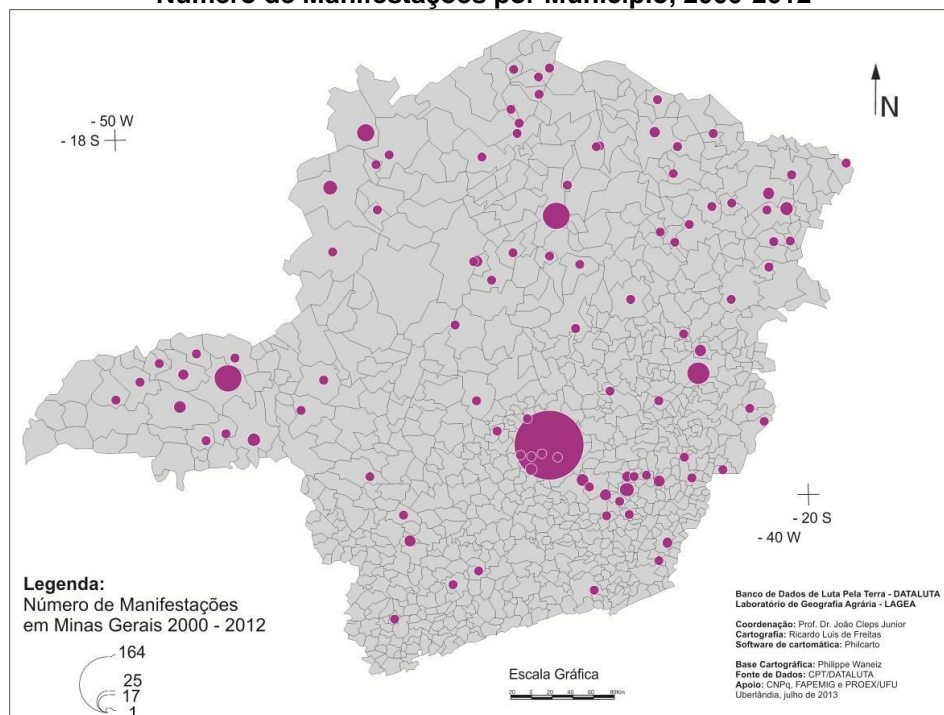
Alguns dos novos protagonistas e movimentos socioterritoriais devem ser estudados a partir de ações registradas na capital Belo Horizonte e nas principais cidades do interior, como: Uberlândia, Montes Claros, Uberaba, Governador Valadares, Pirapora, entre outras. Questões e problemas envolvendo a mineração, expansão de monoculturas (principalmente o eucalipto e a cana) e construção de barragens têm sido objetos de conflitos recentes. Adquiriram destaque recente as ações realizadas pelo Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM), na luta contra as grandes empresas envolvidas no setor. Os embates envolvem órgãos públicos dos poderes executivo e judiciário ligados diretamente na questão de meio ambiente de Minas Gerais (COPAM, SISEMA, Ministério Público), grandes empresas e movimentos sociais.

Os principais impactos gerados comprometem a estrutura fundiária local e a vida da população atingida, especialmente no meio rural das áreas envolvidas com a exploração mineral (cavas, barragens de rejeito, pilha de estéril e outras estruturas exigidas nos projetos), envolvendo a região do Quadrilátero Ferrífero, Diamantina e Vale do Jequitinhonha. As principais ações dos movimentos e organizações de luta como, os movimentos Quilombolas, Indígenas, Mulheres, posseiros e de populações tradicionais como Geraizeiros, Vazanteiros e Ribeirinhos são registrados no banco de dados de manifestações.

Cada tipologia de ação de manifestação ocorre em um local específico, que tem como objetivo atingir um determinado grupo de pessoas, seja da sociedade civil ou dos representantes dos governos. No âmbito da Reforma Agrária, as manifestações têm sido realizadas como forma de pressão perante o poder público, para atender as reivindicações oriundas das demandas de acampados e assentados. No Mapa 1, Disponível em www.fct.unesp.br/nera

representamos as manifestações ocorridas em Minas Gerais no período de 2000 a 2012. De acordo com os dados, as principais ações relacionam-se aos protestos públicos, marchas, bloqueios de rodovias e ocupações de prédios públicos. Os bloqueios de rodovias são atos onde os manifestantes fecham uma rodovia federal ou estadual durante alguns minutos ou horas onde são distribuídos panfletos esclarecendo as causas da luta e do protesto. No ano de 2012, por exemplo, ocorreram 13 bloqueios de rodovias no estado em função do triplo homicídio ocorrido no município de Uberlândia-MG, as pessoas utilizaram dessa forma de manifesto para chamar a atenção da população para a lentidão do processo. Em geral, esse tipo de ato é realizado para dar visibilidade à população geral, pois os bloqueios causam congestionamentos que atingem os cidadãos comuns que por vezes desconhecem as causas da luta pela terra.

**Mapa 1: Minas Gerais – Geografia das Manifestações do Campo
Número de Manifestações por Município, 2000-2012**



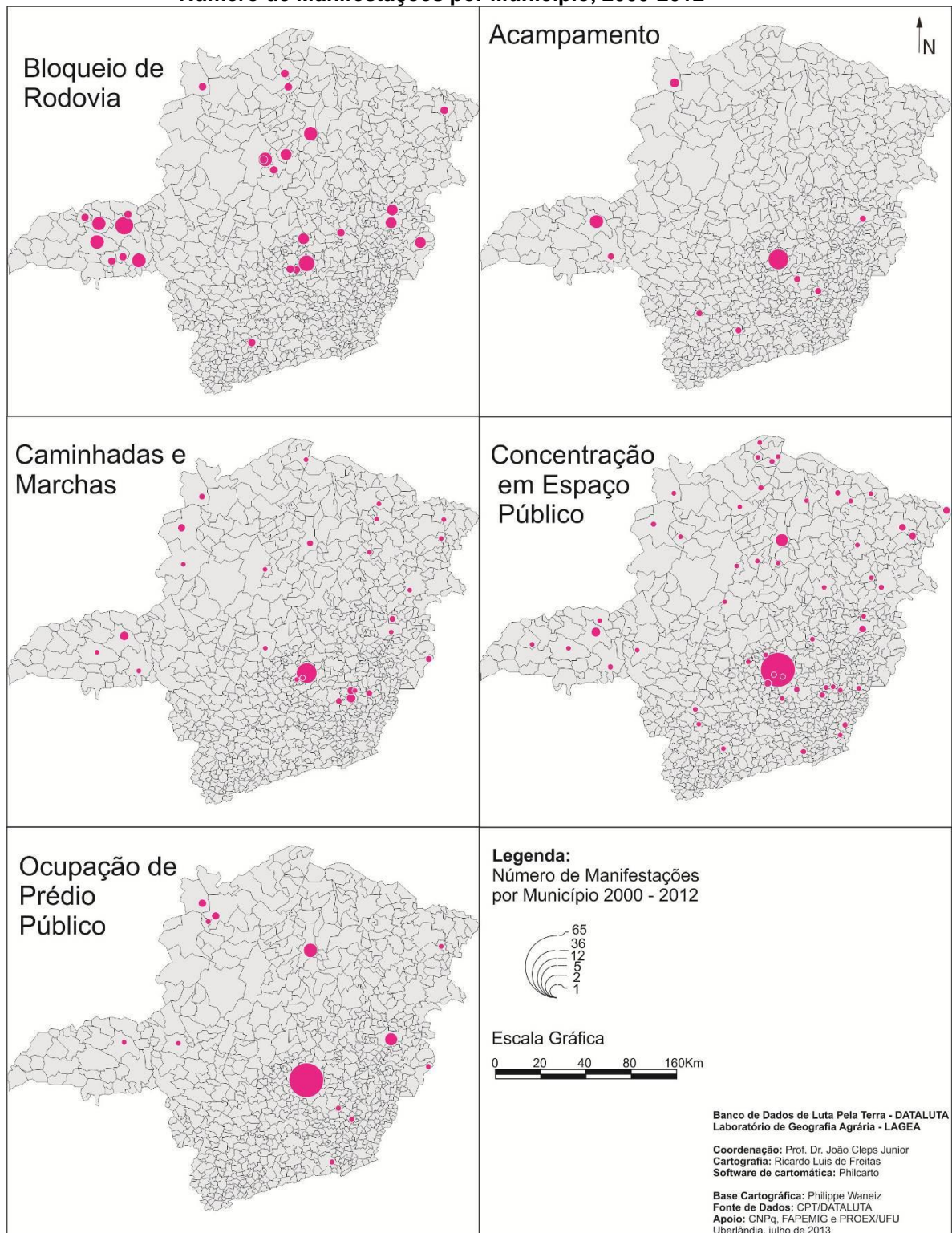
Fonte: CPT/ Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA Minas Gerais (2013).
Organização: FREITAS, R. L. (2014).

A maior parte das manifestações ocorre em Belo Horizonte, centro político e econômico do estado, tem se vislumbrado como o lugar de tomada de decisões e resolução dos conflitos agrários em Minas Gerais. Como pode ser observado na ilustração, as cidades polos regionais são os centros das ações dos movimentos, tais como Uberlândia no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Unai no Noroeste de Minas, Montes Claros no Norte de Minas e Governador Valadares no Vale do Rio Doce.

Estas manifestações representam importantes instrumentos estratégicos de luta, capacidade de articulação e organização dos movimentos sociais, despertando na população e nos órgãos públicos as discussões sobre o contexto social brasileiro e em especial os problemas e dificuldades no campo. A concentração fundiária, falta de políticas públicas para o meio rural, direitos não atendidos, enfim, um

conjunto de fatores que exigem dos movimentos sociais a exposição de suas forças de mobilização por meio das manifestações no processo de luta pela terra.

**Prancha 1 - Minas Gerais – Tipologias das Manifestações do Campo
Número de Manifestações por Município, 2000-2012**



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA Minas Gerais/ 2013.
Organização: FREITAS, R. L. (2014).

Essas manifestações são oriundas da continuidade das relações conflitantes entre os camponeses, os agentes do agronegócio, antigos latifundiários e capitalistas agrários. E é justamente tornar o conflito público o objetivo central dessas ações. Na sequência são discutidas e representadas as manifestações de acordo com as tipologias adotadas ocorridas entre 2000 a 2012 em Minas Gerais (Prancha 1). Contudo, outras ações que ocorrem com menor frequência também foram registradas pela pesquisa DATALUTA, tais como: audiências públicas, celebrações religiosas, cercos a construções, encontros, greves de fome, mutirões etc.

Do total de 547 manifestações realizadas no período de 2000 a 2012, 150 ações se deram com a participação de 38.265 pessoas e representam 27% do total de ocorrências em espaço público. As caminhadas e marchas totalizaram 74 ações com a participação de 32.545 pessoas, sendo 14%. Já as ocupações de prédio público representam 12% do total, com 65 registros e participação de 23.854 pessoas. Os bloqueios de rodovia totalizaram 63 registros e 20.202 participantes e representa também 12% das ações. E por fim, 23 acampamentos foram registrados no período com a mobilização de 8.267 manifestantes, sendo este 4% do quadro geral. Assim, os tipos de manifestações destacadas na representação cartográfica acima demonstram 69% das manifestações promovidas no período 2000 a 2012.

Dentre as principais tipologias de manifestações realizadas pelos camponeses, destaca-se o bloqueio de rodovia. Ao impedirem o fluxo de uma via de circulação de pessoas e veículos, de maneira simultânea atingem dois objetivos. O primeiro é a chegada da imprensa, especialmente a televisiva para noticiar a ação, e o segundo é o momento dos movimentos distribuírem panfletos para a população, demonstrando o objetivo da ação. O bloqueio de rodovia faz parte da *Jornada Nacional de Lutas*, reunindo inúmeros movimentos e entidades de apoio à reforma agrária. Um dos principais propósitos é cobrar do poder judiciário a condenação por assassinatos, com destaque os autores da chacina no acampamento Terra Prometida, conhecido nacionalmente como *Massacre de Felisburgo*, no Vale do Jequitinhonha em 2004. Entre outras demandas, o bloqueio de rodovia tem como meta a exigência de realização da política agrícola, contra o investimento dos governos estadual e federal nas mineradoras, investigação de crimes ambientais e conflitos relacionados à água. É importante apontar que essas ações têm a participação conjunta de movimentos. Geralmente a metodologia para a realização do bloqueio de rodovia ocorre em vários pontos ou reúnem um grupo maior e fecham uma via de grande circulação.

Como pode ser observado na ilustração, os bloqueios são promovidos principalmente nas cidades de maior importância em algumas regiões, onde ocorrem o encontro de inúmeras rodovias, sendo que essas ações acontecem também nas cidades do entorno. A região de maior destaque em número de bloqueios de rodovias foi o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, pela sua importância de circulação e acesso ao centro do país, região Centro-Oeste, assim como aos principais centros populacionais e consumidores do país, região Sudeste.

Outra ação desenvolvida nas manifestações é o acampamento, diferenciando-se o acampamento realizado em uma ocupação de terra e o acampamento resultado de uma manifestação. Na ocupação de terra, o acampamento representa um espaço de resistência, sendo que os camponeses permanecerão por alguns meses ou anos, dependendo do tempo da expedição da liminar de reintegração de posse ou da Disponível em www.fct.unesp.br/nera

conquista da terra. Já no acampamento resultado da manifestação, possui menor tempo de duração e permanência no local (em geral no máximo quinze dias). O objetivo é pressionar na sede dos poderes executivo e legislativo, cobrando agilidade e atendimento às pautas dos camponeses. Em sua maioria, os acampamentos são montados em frente ao prédio do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de Minas Gerais, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ambas na capital do estado, Belo Horizonte. Nas demais regiões do estado, eles acampam em frente a prefeituras, praças no centro da cidade, a fim de chamar a atenção da população local para os problemas agrários presentes na região. Com base nas reportagens do Banco de Dados de Luta Pela Terra – DATALUTA, é possível identificar as principais demandas dos acampados, considerando que as manifestações estão relacionadas à exigência de desapropriações, protesto contra reintegração de posse, bem como, contra a violência no campo e a cobrança de uma atuação mais efetiva da Comissão dos Direitos Humanos na investigação de assassinatos no campo. Também é importante sinalizar que os acampados e os assentados estão em fases diferentes na luta pela terra, tendo demandas específicas. Dessa forma, os assentados apresentam em sua pauta de reivindicações, a criação de política agrícola para os camponeses assentados da reforma agrária, liberação de crédito agrícola e incentivo à pequena produção. Outra ação recorrente liderada pelos assentados é a ocupação do INCRA, para acelerar os processos de liberação de recursos financeiros destinados aos assentamentos.

As caminhadas e as marchas são outras formas de manifestações. É importante compreender que os símbolos religiosos foram transformados em um elemento de luta política e trazem o significado de penitência, fé e esperança. As ações tais como marchas, caminhadas, romarias e peregrinações foram por anos atos promovidos pela Igreja Católica, principalmente. As ações tradicionais promovidas pela religião tinham como destino dessas caminhadas os santuários e os centros religiosos. Especialmente no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, temos a cidade de Romaria que é exemplo dessas peregrinações, praticada até os dias atuais (2014). Os movimentos camponeses tem transformado essas ações, direcionando as caminhadas e marchas para as cidades, principalmente aos centros do poder político e econômico. Em Minas Gerais, elas ocorrem rumo à capital Belo Horizonte.

O balanço das ações dos movimentos sociais agrários por meio dos dados das ocupações, acampamentos e manifestações registrados no período apresenta elementos importantes que reforçam o processo de luta e resistência que vem ocorrendo nos últimos anos. O contexto das lutas do campo está cada vez mais relacionado com os embates dos movimentos e das organizações sociais contra as corporações do agronegócio. Ressalta-se que as lutas contra o agronegócio e todo o seu complexo envolvem diversas questões como a dos transgênicos, dos agroquímicos, da água, do trabalho escravo e infantil e de todo tipo de repressão e violência no campo, conforme demonstram os registros da CPT.

As ações realizadas pelos movimentos socioterritoriais e organizações sociais têm como objetivo comum a diminuição das desigualdades no campo. As ocupações e as manifestações visam tanto o acesso quanto a permanência na terra, dentre elas o acesso às políticas públicas e a melhoria dos assentamentos rurais. São por meio das manifestações que os sujeitos que vivem no campo reivindicam o apoio técnico público aos pequenos produtores, assentados e trabalhadores rurais, na garantia dos meios de produção e de trabalho que permitam a permanência na terra. Também podemos identificar nas ações o conteúdo e as temáticas da luta política além da questão da terra, mas também da água, do meio ambiente, da moradia, Disponível em www.fct.unesp.br/nera

saúde, educação, transporte etc. De modo geral, as manifestações, objetivam as mudanças no atual sistema implantado pela sociedade, indo às ruas na perspectiva de obter soluções para os problemas presentes no campo. Enfim, por meio do registro e análise das ações, podemos identificar e compreender a geografia das desigualdades socioterritoriais, a ação diferenciada e o papel de protagonistas de novos movimentos sociais de luta.

REFERÊNCIAS

BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA - DATALUTA: **Relatório Anual Brasil e Minas Gerais**. Coordenação: FERNANDES, Bernardo Mançano. Presidente Prudente/NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP (vários anos).

BARBOSA, R. S.; FEITOSA, A. M. A. A Dinâmica de Luta pela Terra no Norte de Minas Gerais. In: Antonio Maurilio Alencar Feitosa; Janete Aparecida Gomes Zuba; João Cleps Junior. (Org.). **Debaixo da lona: tendências e desafios da luta pela posse da terra e da Reforma Agrária no Brasil**. 1ª ed. Goiânia: UCG - Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006, v. 1, p. 171-196.

CLEPS JUNIOR, J. As ações dos movimentos sociais no campo em 2010. In: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski. (Org.). **Conflitos no Campo Brasil 2010**. 1ª ed. Goiânia: CPT - Comissão Pastoral da Terra, 2011, v. 1, p. 136-143.

_____. **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Org. Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski. Goiânia: CPT, 2011.

FERNANDES, B. M. Políticas de Assentamentos Rurais e Luta pela Terra do MST. 2009, 11p.

LAGEA. Banco de Dados DATALUTA. **Relatório DATALUTA Minas Gerais - 2012**. Uberlândia: IG-UFU-LAGEA, 2013. Disponível em: <<http://www.lagea.ig.ufu.br/bancodedadosdatalutaminas.html>>. Acesso em: abril 2014.

MOURA, D. J.; VICTOR, F. B.; CLEPS JUNIOR, J. As ações políticas dos movimentos sociais do campo em Minas Gerais: manifestações da luta pela terra e seus desdobramentos. In: **Anais: XVII Encontro Nacional de Geógrafos: entre escalas, poderes, ações, Geografias**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

MOURA, D.J. Conflitos no campo em Minas Gerais: estudos a partir do Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA. Relatório de Iniciação Científica (IC-FAPEMIG). Uberlândia: IG-UFU, 2014.

SOBREIRO FILHO, J. Ocupações de terra no Brasil (1988-2010): uma leitura geográfica e a conjuntura política da luta pela terra. Disponível em: <<http://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/articulos/sobreiro-2011.pdf?noCache=1316261573948>>. Acesso em: 30 abr. 2014.